

## **UMA PANDEMIA CHAMADA CAPITAL, UMA VACINA CHAMADA ORGANIZAÇÃO POPULAR: REFLEXÕES E IMAGENS SOBRE TURISMO, TRABALHO E AMBIENTE**

*A PANDEMIC CALLED CAPITAL, A VACCINE CALLED POPULAR ORGANIZATION: A REFLECTION ON TOURISM, WORK AND THE ENVIRONMENT*

**Thiago Sebastiano de Melo**

Universidade de Brasília (UNB)

[sebastianodemelo@gmail.com](mailto:sebastianodemelo@gmail.com)

**Resumo.** A reorganização produtiva do capitalismo contemporâneo conta com um importante aliado: o turismo. Nessa passagem do ciclo industrial para o ciclo de serviços, este fenômeno social multiescalar e multidimensional converte as existências em substrato da lógica turística, abrangendo exponencialmente diferentes aspectos da vida. Essa operação reflete a lógica constitutiva do próprio modo de produção. Motivo pelo qual vale refletir: como ficam as relações entre turismo, trabalho e ambiente nesse cenário? Com objetivo de desenvolver tal reflexão apresenta-se neste trabalho o resultado de um levantamento bibliográfico de caráter exploratório cujas principais considerações foram a atualização e legitimação dos ditames do capitalismo pelo turismo, evidenciando seus rebatimentos no trabalho e no ambiente.

**Palavras-chave.** Turismo. Trabalho. Ambiente. Capitalismo.

**Abstract.** The productive reorganization of contemporary capitalism has an important ally: tourism. In this transition from the industrial cycle to the service cycle, this multiscale and multidimensional social phenomenon converts existences into a substrate of tourist logic, encompassing exponentially different aspects of life. This operation reflects the constitutive logic of the mode of production. Reason for which it is worth reflecting: how are the relations between tourism, work and environment in this scenario? In order to develop such reflection, this work presents the result of an exploratory bibliographical survey whose main considerations were the updating and legitimization of the dictates of capitalism through tourism, showing its impact on work and the environment.

**Palavras-chave.** Tourism. Work. Environment. Capitalism.

**Introdução**

A sociedade assiste a transição do ciclo de industrial para o ciclo de serviços no tocante ao modo de produção capitalista. Sendo o setor de serviços, e o turismo seu melhor representante, personagem principal dessa reorganização produtiva, como fica a disposição dos postos de trabalho? Aqui, aparece nitidez a luta de classes. Nitidez desde uma leitura acadêmica, obviamente. Porque o cotidiano me mostra que os sujeitos que ocupam tais postos, em grande parte, à medida que se afastam da realidade do salário mínimo e avançam, ainda que tímida e precariamente, para o polo do mais-salário (medido em salário e/ou tempo livre) e de poder, vestem-se com os valores capitalistas. E, na experiência turística, isso é notável. Desde a exploração de sujeitos postos na informalidade até o desdém com determinadas ocupações, como garçons, recepcionistas, camareiras, etc (do que eu mesmo posso dar um relato pessoal).

Nunes empreendeu esforços para contextualizar o cenário no qual os postos de trabalho nessa sociedade pós-industrial, ou de serviços, crescem consistentemente.

Pagamos a outras pessoas para realizarem as atividades que outrora realizávamos para nossa reprodução. O tempo de trabalho que ‘economizamos’ não é empregado, no entanto, para produção industrial, como nos primórdios do capitalismo, pois a produção automatizada substituiu as atividades simples, mecânicas e repetitivas que eram distribuídas racionalmente numa linha de produção durante o fordismo, por exemplo. Empregamos o tempo que aplicávamos em atividades domésticas, comunitárias ou autônomas para desfrutar segmentos de experiências muitas vezes recriadas ou construídas por meio do pagamento de serviços: turismo programado, eventos culturais, relacionamentos fortuitos e descartáveis, serviços pessoais diversos (acompanhantes, *personal trainers*, instrutores, terapeutas etc.). Por outro lado delegamos a educação dos nossos filhos, o cuidado com doentes e idosos e outras atividades da rede familiar a trabalhadores de serviços em instituições especializadas ou a autônomos (NUNES, 2011, p. 21, grifo do autor).

É oportuno considerar Melo Neto nesse momento, para quem “tudo é evento”, o que equivale dizer “tudo é turismo”. É sintomático que, falando sobre o papel do entretenimento na sociedade contemporânea, o autor utilize o exemplo de pontos de vendas. “O presidente da Point of Purchase Advertising Institute (Popai-Brasil), Gilberto Strunck, afirmou que ‘o entretenimento nos pontos de venda ganhará importância tal que, em um futuro próximo, as lojas cobrarão entrada do consumidor que for ao local se divertir’” (MELO NETO, 2013, p. 15). Mas como será que isso acontece na vida real, fora dos manuais de eventos? O caso da modernização das lojas da rede Carrefour levanta pontos importantes.

No começo da semana, Noël Prioux, presidente do Carrefour Brasil, anunciou que a rede de hipermercados começará a testar ainda este ano o novo sistema "Scan & Go". Com ele, os consumidores podem escanear suas compras e realizar o pagamento a partir de um aplicativo no smartphone.

Em um primeiro momento, o novo esquema será implantado apenas em "quatro ou cinco lojas" da rede e será válido apenas para compras em pequenas quantidades. De acordo com Prioux, a estratégia faz parte da iniciativa da companhia em avançar o seu processo de transformação digital.

O executivo também falou um pouco sobre os planos para que a empresa abra alguns restaurantes no futuro. A possibilidade é estudada a nível internacional e cogitada também no Brasil, tendo em vista a mudança de hábitos dos consumidores brasileiros, que agora estão consumindo alimentos fora do domicílio com mais frequência.

A ideia é que os restaurantes sejam estabelecidos tanto dentro dos supermercados como fora deles. Entretanto, essa abordagem ainda não é uma prioridade da companhia no país. Apesar disso, Prioux diz ver certo potencial para que a empresa avance suas estratégias com os seus restaurantes em solo nacional, disponibilizando inicialmente alimentos mais simples, como pizza, como parte de uma ampliação dos serviços já disponíveis de padarias (YAHOO, 2018, s/p).

Caso essa modernização avance para compras maiores, esses restaurantes aventados passem de modestas pizzas a pratos elaborados com direito a apresentações musicais e as devidas cobranças pela experiência turística divertida antes da compra, ela mesma tornada parte da experiência turística, como ficarão as pessoas que até então trabalhavam como operadores de caixa? Serão qualificadas pela empresa para serem *cozinheirxs*, garçons e garçonetes, artistas que se apresentarão? Ou engrossarão o caldo de desempregados das crescentes estatísticas? Nesse particular, o sujeito referencial opera com o consentimento tácito desses sujeitos turistas, como voltarei adiante, delimitando o lugar de cada um nessa divisão social.

A qualificação desses postos de trabalho é, desse modo, primaz para compreender a cada vez mais negada luta de classes. Não são *poucxs* que têm se aproximado da leitura de De Masi sobre a configuração da sociedade de serviços e, partindo daí, avançado para interpor ao campo de saber do turismo que a preocupação central deva se voltar para conceitos como "qualidade total", "sustentabilidade", "empreendedorismo". O não dito desse entendimento é que os antagonismos centrais entre capital e trabalho estão resolvidos e o foco deve ser aperfeiçoar e maximizar a experiência turística (dos que podem exercê-la dentro desse entendimento economicista restrito e restritivo). Daí porque o título sagaz e irônico do livro

organizado por Nunes, “A seu dispor: sociologia do trabalho em serviços”, é emblemático do que está em disputa.

[...] a maioria dos postos do setor acessíveis a trabalhadores com baixa qualificação compreende ocupações ‘serviçais’, que substituem o trabalho para si (empregados domésticos, engraxates, trabalhadores de limpeza e conservação, motoristas particulares etc.), mas não geram riqueza, apesar de apresentarem uma racionalidade econômica indireta. Tais serviços subalternos nunca são exercidos completamente na esfera pública, sempre há um elemento de pessoalidade e sujeição. [...] A maior parte da população está prestando esses serviços subalternos, de baixa qualificação, pessoais, muitos dos quais poderiam ser desempenhados pelos próprios clientes ou consumidores que os solicitam ou compram. Enquanto esses consumidores o fazem por uma opção, ou seja, deixam de exercer suas atividades de autoconservação para empregar seu tempo desfrutando outras atividades que lhe são pessoalmente dispensadas e que estão no mercado em estado de oferta abundante e diversificada, os trabalhadores serviçais deixam, por necessidade, de realizar suas atividades autônomas que os enriqueceriam pessoal e moralmente, ou de trabalhar em atividades menos penosas e mais gratificantes na esfera pública, pois são ‘filtrados’ pela rede de informações que controla a oferta de postos de trabalho e privilegia certos perfis de qualificação (NUNES, 2011, p. 21-22).

Nunes (2011, p. 27) ressalta que:

É importante destacar que a variável raça ou cor está expressivamente relacionada aos serviços subalternos. [...] Nos serviços culturais, esportivos e recreativos, em que o nível de escolaridade e os rendimentos são maiores, a situação se inverte, de forma similar ao que ocorre em relação à variável ‘sexo’: 55,2% são brancos.

Ou seja, nos serviços mais precarizados, sujeitos negros e mulheres são maioria; nos serviços menos precarizados (note que não são serviços não precarizados), a maioria, que não chega a ser tão expressiva como nos serviços não precarizados, é composta por homens brancos.

De modo algum esta é uma particularidade da sociedade brasileira. Labica fez um trabalho de fôlego sobre a constituição da barbárie nessa democracia liberal, a partir da realidade da França. Ao expor as fissuras da metanarrativa capitalista, ele considera que essas formas democrático-liberais são “ditaduras de classe”. Para o autor, “segurança e terrorismo demonstram a realidade mais fundamental do nosso tempo, a da violência” (LABICA, 2009, p. 31). Voltarei à abrangência dessa violência a seguir. Agora, quero destacar uma face dela.

Uma nova violência se implanta, localizada principalmente nas relações de trabalho. Não se trata somente da categoria recente dos “trabalhadores pobres”, mas de um fenômeno de uma amplitude considerável, batizado de “assédio moral”. [...] Para impor a conformidade aos critérios de

empregabilidade, flexibilidade, mobilidade e precariedade, o “novo gerenciamento” opera a “destruição sistemática das identidades”, tanto individuais quanto coletivas, liquidando assim o antigo assalariamento e suas normas (estabilidade dos cargos, garantias de promoção, hierarquias, sindicalização), para obter uma submissão completa aos interesses da empresa (LABICA, 2009, p. 19-20).

No Brasil, o mercado de trabalho em serviços apresenta similaridades. Essas corrosões das identidades fragilizam não só individual, mas coletivamente também. Entre as ocupações citadas por Nunes (2011, p. 32) que sofrem com o estigma da servidão, estão: trabalho doméstico; vendedores; garçons e garçonetes; secretárias e trabalhadores em serviços administrativos (*white-collar workers*). Suas subjetividades são diretamente atingidas.

[...] Em outras ocupações de serviços em que permanece um “papel servil”, como ascensoristas, motoristas de táxi etc., vigora uma incerteza, de ambos os lados, de como se dirigir ao outro ou do grau de intimidade na conversação, quando ocorre (GOFFMAN, 1959, p.151-152). Aos atributos de invisibilidade (DANIELS, 1987), intangibilidade (GORZ, 2007), além da variabilidade de expectativas e ações por parte do consumidor (KORCZYNSIY; MACDONALD, 2009), que hoje praticamente definem o trabalho em serviços, junta-se a análise da exploração do trabalho emocional (HOCHSCHILD, 1983), consolidando não apenas uma interpretação ligada à percepção popular ou a representações sociais sobre a subalternidade do trabalho em serviços, mas uma configuração do self sem reconhecimento social ou autoestima, ou uma identidade negativa do trabalhador ocupado nessa área (NUNES, 2011, p. 32)

Essa deterioração objetiva e subjetiva do trabalho e do sujeito não poderia resultar em outra coisa que não o adoecimento. Claro que as reverberações psicossociais desse modelo de organização social estendem-se para muito além da dimensão do trabalho assalariado, causando, por exemplo, o aumento do número de suicídios no mundo todo, o que no Brasil é uma realidade ainda mais dramática para as Populações Tradicionais. Contudo, observar como essa degradação da existência atinge e se instala, com a convivência e operação do Estado, no trabalho assalariado, ajuda a enfrentar esse discurso que paira num mundo de faz de contas do turismo, como assinalou Barbosa (2001), ou da sociedade pós-industrial, como acreditava De Masi (2000). Sobre este último, é imperioso retomar o que foi mencionado sobre a falta de perspectiva crítico-emancipatória. Custa acreditar que o livro escrito por De Masi seja contemporâneo do livro escrito por Labica, originalmente publicado em 2002. Os autores olham para o mesmo mundo, do mesmo lugar (Europa), no mesmo momento histórico, e desdobram posicionamentos antagônicos. Embora convirjam em determinados diagnósticos da realidade, fazem leituras completamente distintas. Por exemplo, apesar de

concordarem com o crescimento do desemprego estrutural e das condicionantes étnica e de gênero nas ocupações mais precarizadas, divergem no sentido e tendência históricos. Para que fique claro e eu possa estabelecer a relação com a narrativa da geração de postos de trabalho no turismo, passo a duas citações dos autores que dão a dimensão da distinção analítica.

Eu estaria louco se negasse que existe ainda uma massa numerosa de operários e trabalhadores manuais. A questão é que eles não encarnam mais problemas universais, deixaram de ser uma “força revolucionária” e não são mais “centrais” na estratégia para que se consiga pôr fim à exploração. Esta estratégia passa agora, sobretudo, pela mão-de-obra do terceiro mundo e pela “mente-de-obra” do primeiro mundo.

[...]

Certamente uma parte do trabalho necessário às empresas é contratado fora: um exemplo é a limpeza. E garçons, garis, lavadores de pratos nem sempre são substituídos por máquinas, por que a mão-de-obra do terceiro mundo é muito barata. Porém, seja fora ou dentro da indústria, o trabalho manual é, no seu conjunto, cada vez mais delegado às máquinas. A tecnologia coloniza cada vez mais o trabalho de nível inferior e está começando a colonizar também o alto nível.

[...]

Também o número de pessoas ligadas ao trabalho doméstico e aos cuidados pessoais diminuiu: babás, governantas ou enfermeiras. Como o horário de trabalho se reduz, aumenta o tempo livre e, assim, as pessoas têm menos necessidade de contratar alguém para cuidar do filho ou dos pais idosos, ou ainda para fazer a faxina doméstica. A limpeza de casa passará a ser feita por cada um de nós, com o auxílio de eletrodomésticos sempre mais eficientes, inteligentes e flexíveis.

[...] Cada produto que usamos hoje traz consigo muito menos fadiga humana: com quatorze horas de trabalho humano, a Fiat fabrica, atualmente, o mesmo produto que, há quinze anos, fabricava em cento e setenta horas. Para fabricar uma máquina de escrever mecânica, a Olivetti empregava oitenta horas de trabalho humano. Hoje, para que se construa um computador pessoal, bastam trinta e cinco minutos. Agora até um frango contém mais tecnologia do que carne (DE MASI, 2000, p. 102-103).

Embora o autor cite Marx inúmeras vezes ao longo do livro, ele não empunha a arma da crítica marxista para proceder as análises. Disso resta que, apesar de construir um potente diagnóstico dessa transformação social, seus prognósticos são idealistas. Crê o autor, por exemplo, que o avanço da tecnologia irá frear ou diminuir a hiperexploração. Acredita, ainda, que, com aumento do tempo livre, os sujeitos se voltarão para atividades que Nunes chama de autoconservação e familiares. Em ambos os casos, o erro é crasso. Sobre o uso do tempo livre, o livro organizado por Nunes (2011) revela o contrário. Sobre a atenuação do trabalho em função da tecnologia, basta dizer que o agronegócio brasileiro, que é o maior exportador de proteína animal do mundo atualmente, consorcia tecnologia de ponta em seu processo

produtivo com a hiperexploração dos trabalhadores, utilizando, inclusive, expedientes como o trabalho análogo ao da escravização. Essa idealização faz com que o autor aposte que a simples existência de tecnologia para determinado fim levará a cabo suas potencialidades. Contra o fato já visível naquela época de que era possível alimentar toda a população mundial e garantir outros direitos fundamentais com as tecnologias disponíveis, De Masi (2000, p. 115) pensa, a respeito da subjetividade, que “se há algumas décadas todas as mocinhas desfilavam com o blusão da *dolce vita*, porque era o que usava Brigitte Bardot, hoje em dia cada uma quer vestir-se como bem entende”. O autor imaginou que era possível construir uma vida como um *patchwork* (um faça você mesmo, com seu próprio estilo) em todas as dimensões e para todas as pessoas.

É de fato um fenômeno generalizado. Nós vivemos construindo para nós mesmos combinações e arranjos pessoais. Por um motivo objetivo: a tecnologia nos permite isso. E também por um motivo subjetivo: todos somos mais viajados, mais lidos, logo, temos melhores condições para nos orientarmos sozinhos (DE MASI, 2000, p. 117).

Essa subjetividade pós-industrial era, para De Masi, o fim da história da massificação. “A sociedade industrial fundou o seu sistema em grandes organizações coletivas: na fábrica, nos partidos, nos sindicatos e nas instituições. Já a pós-industrial reivindica, decisivamente, o papel fundamental do sujeito e leva ao fim dos modismos, a uma desmassificação” (DE MASI, 2000, p. 283). Essa idealização subestimou a força da mercadoria como mediação das relações. Acreditar que ter mais tempo livre acaba com a busca por diferenciação social e por negação de atividades socialmente menosprezadas nessa sociedade capitalista leva a não considerar os esforços e êxitos dessa sociedade de consumo dirigido, a mesma que, ao passo que faz do “diferencial de mercado” um apelo do marketing contemporâneo, faz da padronização do uso de determinados serviços e produtos ofertados em série um elemento de distinção e reconhecimento social. Um passeio pelas ruas do Rio de Janeiro, de Madri, de Maputo ou de Havana não deixa dúvidas quanto a isso, mesmo em realidades tão diversas. As marcas se repetem. Os vestuários identificam grupos, chamados de “tribos” no linguajar descolado do marketing comercial atual que contrasta e esconde as ações de retiradas de territórios de comunidades tribais na África ou na Oceania. Um rotineiro engarrafamento na cidade de São Paulo é suficiente para deixar claro que não basta ter tecnologia disponível para viver uma vida *patchwork*, não só as marcas dos carros se repetem, como suas cores hiper-reduzidas – no mercado de compra, venda e troca de peças, não seguir

as regras custa caro. E é obvio que a diferenciação se faz presente, mas de forma reduzida e com alto custo.

[...] A mercantilização generalizada reduz ao extremo o espaço de autonomia dos indivíduos, ao ponto de que os mais desprovidos chegam a vender seus próprios órgãos, após venderem mulheres e crianças. Trafico mundial de seres humanos, destinado ao comércio sexual e ao trabalho escravo, que lança a cada ano de 800 mil a 900 mil pessoas no mercado e que movimenta entre 7 e 8 bilhões de dólares, está em franco crescimento econômico e se exerce com “uma impunidade praticamente garantida”. Tudo está à venda. O triunfo do valor de troca não se deixa diminuir pelo livre arbítrio. É da natureza do capitalismo funcionar como um processo de homogeneização. Ele tem uma vocação para o achatamento, para o nivelamento. Indivíduos, povos, nações e culturas, formatados e indiferenciáveis, constituem seu ideal. Corta-se tudo o que ultrapassa, e o dinheiro, “equivalente universal”, é o podador de toda originalidade, de toda riqueza não monetária ou monetizável. A *macdonaldização* mundializada e a *coca-colonização* não são outra coisa (LABICA, 2009, p. 46, grifo do autor).

As ruas de pequenas cidades africanas, como Inhambane, e mesmo a capital Maputo, mostram a força da Coca-colonização, nas palavras de Labica, como mostra a Figura 01, onde se veem vários comércios pintados com o nome da empresa. Essa mercantilização desenfreada e generalizada suporta o que Samir Amín (2016) chamou de capitalismo de monopólio generalizado e impacta diretamente nas dinâmicas de subjetivações dos sujeitos de diferentes maneiras.

**FIGURA 01: COCA-COLONIZAÇÃO DA PAISAGEM EM INHAMBANE, MOÇAMBIQUE.**



Fonte: Acervo pessoal (2016).

A generalização de Labica sobre a busca pela homogeneização no capitalismo, que pode parecer hiperbólica, mas não é, gera resistências nas quais ele, como revolucionário assumido que sempre foi, acreditou até o fim da vida. Resistências essas que crescem à medida que o Estado garante condições mínimas de dignidade e a sociedade se organiza politicamente ou à medida que cresce a barbárie, como quando *funcionárixs demitidxs* partem para o confronto direto com as empresas, sem tetos ocupam prédios, Sem Terras ocupam territórios, etc. O capitalismo reorganiza-se, mas a lei da queda tendencial da taxa de lucro, elaborada por Marx, e o rebatimento na composição orgânica do capital, não. Decorre que o nível de precarização e exploração aumentam. Isso não quer dizer que, no horizonte de um desemprego estrutural, o simples fato de conseguir estar empregado não seja suficientemente forte para levar ao que Iasi chamou de serialização do sujeito e a um entendimento de privilégio (ANTUNES, 2018). Todavia, cada vez mais, esses empregos subalternos não garantem as condições de dignidade<sup>1</sup>.

Os comportamentos de autodestruição se multiplicam em consequência de uma tal ‘desumanização do trabalho’. observadores, além disso, não excluem a possibilidade do aparecimento na França, como nos Estados Unidos, de atos de agressão por parte de assalariados demitidos, retornando ao local de trabalho para se vingar. Acrescentemos ainda uma novidade: o trabalho deixou de ser uma tábua de salvação frente ao desemprego, uma vez que passa a assumir formas rebaixadas que os “trabalhadores pobres” já citados encarnam, como os “bicos”, empregos múltiplos, trabalho informal ou, mais amplamente na França, os contratos de duração limitada (C.D.I., Contrats à durée limitée). O hospital La Timone, em Marselha, viu-se obrigado a abrir um serviço de atendimento especializado em “sofrimento no trabalho”. Psiquiatras de Barcelona diagnosticaram, sob o nome de “Síndrome de Ulisses”, distúrbios psíquicos graves que afetam especificamente os trabalhadores migrantes.

Essa última categoria de trabalhadores não enfrenta somente manifestações racistas de todos os tipos [...], sofre, ainda, violências específicas no trabalho. Ora, se não fossem os ditos “trabalhadores ilegais” superexplorados, nossos consumidores urbanos veriam aumentar

---

<sup>1</sup> Não posso deixar de anotar uma passagem pessoal. Um dia, sento-me num restaurante do maior aeroporto do Brasil, em São Paulo. Peço, primeiro, um sanduíche. Depois, uma coxinha. Apesar da vontade de tomar uma cerveja, o valor me incomoda e não a peço. Quando solicito a conta, e o garçom, negro, como todos os outros dois – a operadora de caixa era branca – a traz, noto que, além do preço alto dos alimentos, que eram muito menores do que seus equivalentes fora do aeroporto e custavam mais, o estabelecimento cobrava 12,5% de taxa. Em função do desaforo, anuncio que pagaria sem a taxa – que era opcional. O garçom não diz nada, mas expressa descontentamento. Para descontraí-lo, digo: “com valores tão altos, certamente a casa paga um salário decente, certo?”. Ao que ele responde: “Não. Todos aqui ganham 1.080,00 reais na carteira. O resto é hora extra e os 10%”. São Paulo tem um dos custos de vida mais caros do Brasil. O estabelecimento, além de preços altos, cobrava 2,5% a mais “por nada”, já que apenas 10% vão para os funcionários superexplorados. É o império da ética delinquente!

vertiginosamente os preços de frutas, legumes e roupas (LABICA, 2009, p. 20-21).

A reforma trabalhista aprovada no Brasil criou formas de contratações similares ao referido contrato de duração limitada francês. Mas, antes de avançar sobre essa relação entre “modernização das leis trabalhistas” e o turismo, quero chamar atenção para o fato de que o mencionado capitalismo de monopólio generalizado relegou a um pequeno grupo de empresas o controle do comércio mundial de alimentos e outros produtos, como mostra a Figura 02. Tais empresas, além de marcarem a paisagem mundo afora com suas propagandas, dão o tom do que é comercializado e respondem, por conseguinte, por duas faces da mesma moeda: a desnutrição e a obesidade, além de imporem aos países as dinâmicas de privatização dos bens comuns, notadamente da água. Esse nível de domínio do mercado mundial assegura a tais empresas condições de baterem de frente com interesses das populações locais, muitas vezes com a anuência do Estado, enfraquecido e/ou parceiro diante do poder econômico e de (des)investimento que detêm. Tal circunstância obriga os sujeitos a resistirem à perversidade da lógica mercantilista destas empresas, como se vê nas Figuras 03 a 08. As 4 primeiras são de uma manifestação contra a demissão de 1.250 *funcionárixs* da Coca-Cola em Madri, em 2014. As últimas são manifestações contra as ações da Nestlé em São Lourenço, no estado de Minas Gerais.

Na Figura 03, vê-se o chamado para boicotar os produtos da Coca-Cola. Na 04, a reprodução de alguns dos slogans usados pela empresa para vender seus produtos, seguidos dos dizeres “hipócritas, mentirosos”. Na 05, uma faixa pedindo que a empresa não feche a fábrica e recontrate os demitidos. Na Figura 06, observa-se a organização das mulheres trabalhadoras e em luta contra os desmandos da Coca. Na 07, um cartaz colado por uma das moradoras que se organizam contra a privatização das águas medicinais de São Lourenço, na porta de sua casa. A Figura 08 mostra a ocupação do MST na sede da Nestlé, que, no começo de 2018, iniciou negociações com o governo brasileiro para privatização do aquífero Guarani, a maior reserva de água doce do planeta.

#### FIGURA 02: CONCENTRAÇÃO DAS EMPRESAS ALIMENTÍCIAS E TÊXTEIS.



Fonte: Internet (2018)

FIGURA 03: PANFLETO DE BOICOTE À COCA-COLA.



Fonte: Arquivo pessoal (2014)

**FIGURA 04: SLOGANS DA COCA SEGUIDOS POR INSULTO.**



Fonte: Arquivo pessoal (2014)

**FIGURA 05: PROTESTO EM MADRI CONTRA O FECHAMENTO DA FÁBRICA DA COCA COLA.**



Fonte: Arquivo pessoal (2014)

**FIGURA 06: ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NO PROTESTO CONTRA O FECHAMENTO DA FÁBRICA DA COCA COLA.**



Fonte: Arquivo pessoal (2014)

**FIGURA 07: CARTAZ DE BOICOTE À NESTLÉ EM RESPOSTA ÀS AÇÕES DA EMPRESA EM SÃO LOURENÇO (MG).**



Fonte Carta Capital (2018)

**FIGURA 08: MILITANTES DO MST OCUPAM SEDE DA NESTLÉ EM SÃO LORENÇO (MG).**

Fonte: Site do MST (2018)

A organização popular se mostra um caminho para enfrentar este cenário. Assim como o MST no Brasil, em outras partes do mundo as populações se organizam para resistirem aos imperativos do capitalismo (seja ele oficialmente regulado ou não). No México, por exemplo, indígenas ocuparam uma fábrica da Danone para força-la a atender as demandas populares a respeito da extração de água (GIOVANAZ, 2021).

Essa voracidade do capitalismo é tamanha que as comunidades passam a reconhecer o real inimigo. Acessam empiricamente, da pior forma, aquilo que Marx já explicou em *O Capital*: o capitalismo tem duas tendências/pilares centrais, a precarização do trabalho e a degradação ambiental. Assim, uma líder quilombola de uma região com grande atratividade turística diz que “Nossa luta é para que o capitalismo não destrua o Jalapão” (AMBROSIO, 2021).

Já foi mostrado as relações perniciosas entre a ação da mineradora Vale em Moçambique e as possibilidades turísticas do país (MELO, RODRIGUES, BARBOSA, 2019) que ignoraram os clamores populares por dignidade. Agora, a mineradora, movida pela preocupação com seus lucros e com as cobranças internacionais por posicionamentos ambientalmente mais responsáveis, desiste do empreendimento em Moçambique e diz que desistirá de lavrar em terras indígenas no Brasil (ANGELO, 2021).

As imagens e os exemplos permitem retomar o raciocínio adicionando outro elemento que compõe a narrativa turística de modernização: a sustentabilidade. Se, na competição mundial para se estabelecer como destino, o que conta é o diferencial, aí está o do Brasil: os bens comuns. E, nessa onda de mercantilização generalizada, tais bens são recolocados no debate público, tomando emprestado o linguajar moderno da industrialização, como recursos naturais. Mas essa construção discursiva ignora a realidade dos fatos. Ou, dito de modo mais certo, os proponentes dessa narrativa não estão preocupados com as derivações da mercantilização dos bens comuns, tampouco com os rebatimentos, objetivos e subjetivos, da precarização trabalhista.

A reforma trabalhista foi apresentada no Brasil, assim como a flexibilização trabalhista em todo o mundo, como um avanço, uma modernização, um progresso. Labica (2009, p. 14) pensava que “não é preciso recorrer às sutilezas da dialética para entender até que ponto são imbricados e interdependentes o progresso e a barbárie”. Penso justamente o contrário: sem uma exposição dialética de como se conforma o mercado de trabalho na sociedade de serviços, não é possível contrapor essa narrativa que angaria mentes sedentas por encontrarem um sentido para a vida cada vez mais subsumida aos ditames do capital. Isto é, quando o autor diz, em tom de obviedade, que “abrem-se restaurantes para cachorros e canais de televisão para gatos, enquanto populações inteiras estão desprovidas das condições mínimas de higiene (LABICA, 2009, p. 15)”, querendo demonstrar o descalabro da apatia social de uma subjetividade cooptada por essa narrativa, conectar estas constatações com o curso no qual esta sociedade se encaminha torna-se uma tarefa de primeira hora e grandeza.

O Presidente eleito prometeu acabar com o MTur (SANTIAGO, 2018). A Cadeia Produtiva do Turismo – CPTur, já definida em outro momento (MELO, 2018), recebeu a notícia calada, sem manifestações. E por que o fez? Porque o próprio trade entende que tal Ministério é um empecilho para seus interesses. Segundo o documento entregue aos candidatos à presidência da República durante a campanha, o MTur ocasionou uma descontinuidade das políticas para o setor. Apesar de opiniões de especialistas e pesquisadores comprometidos com os aspectos sociais das políticas turísticas, o trade considera o fato de que as novas ações atrapalharam o setor, conquanto, em verdade, tenham sido responsáveis, no âmbito das articulações dos governos petistas, pela vinda de dois dos maiores megaeventos esportivos do mundo, a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos

Olímpicos – com todos os equívocos no âmbito popular, como revela o livro organizado por Jennings et al. (2014).

Desde a criação do Ministério do Turismo (MTur), em 2003, há uma séria descontinuidade das políticas públicas para o setor no Brasil, inclusive com o descumprimento da legislação que tornou o Plano Nacional de Turismo uma política de Estado. A deficiência de infraestrutura básica de serviços, em todas as áreas no País, inibe e atrasa também o ambiente de negócios e o desenvolvimento do turismo (PIRES, 2018, p. 12).

O nome do documento é muito simbólico: Turismo – mais desenvolvimento, mais emprego, mais sustentabilidade. A lógica é muito simples, ainda que extremamente equivocada: com a flexibilização trabalhista, o fim do MTur – e uma esperada “desburocratização” – e o suposto aumento de investimentos no setor, o turismo passará a gerar mais empregos, o que contribuirá para o desenvolvimento e modernização do país e a sustentabilidade dos ganhos econômicos. Sim, ganhos econômicos. É dessa sustentabilidade que se trata, como se depreende da leitura atenta do documento. E por isso há um silêncio da CPTur, notadamente do trade, a respeito do anúncio da extinção de outros dois Ministérios, o do Trabalho e o da Cultura. O que parece uma insanidade – planejar o turismo sem a regulamentação trabalhista e sem um forte investimento em cultura – é visto por esse grupo de empresários com muita tranquilidade e de modo positivo.

Logo após a reforma trabalhista na CPTur, começaram as demissões. Ramos (2018) registra com precisão as dimensões dessa nova fase para a classe trabalhadora, que vem consorciada com os ataques ao sindicalismo e à organização popular, como também com o avanço da terceirização.

A Latam Airlines anunciou nesta segunda-feira (20) que irá demitir aproximadamente 1,3 mil trabalhadores e trabalhadoras e substituirá a força de trabalho direta por terceirizados. A medida atingirá o Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, e o Aeroporto Internacional Tom Jobim, o Galeão, no Rio de Janeiro.

Para o presidente do Sindicato dos Aeroviários de Guarulhos (Sindigru), Rodrigo Maciel, a previsão de demissão em massa anunciada pela empresa é resultado da reforma trabalhista, em vigor desde novembro de 2017, que retirou uma série de direitos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

“Estamos assistindo a aplicação de uma lei cruel para a classe trabalhadora implementada por este governo ilegítimo de Temer e seus apoiadores”, critica o dirigente. Segundo Maciel, a Latam, maior grupo de transporte aéreo da América Latina, caminha na contramão da garantia de segurança no setor e do respeito aos direitos dos trabalhadores (RAMOS, 2018, s/p.).

Como é possível que essa face patronal da CPTur imponha com tamanha desfaçatez um discurso altamente prejudicial para os sujeitos como se fosse a salvação da lavoura? Para dizer o mínimo, desrespeita inclusive o documento liberal que norteia o turismo no mundo todo, o Código Mundial do Turismo (CMT). Essa ação, que parece incoerente, tem ainda um rebatimento mais profundo e que concretiza a coerência arquetetada dessa política econômica travestida de política social: a exclusão de determinados sujeitos, de determinados segmentos sociais, quais sejam, os que não respondem ao referencial do sujeito do desenvolvimento. Se, como diz o próprio atual Plano Nacional de Turismo – PNT, o aquecimento do mercado interno é dependente da melhora das condições de consumo da população, qual o sentido de apostar na troca dos atuais postos de trabalhos por outros ainda mais precarizados, inclusive com remunerações piores? A resposta é verificada na insatisfação elitista e amplamente divulgada dos sujeitos que dividem essa concepção de mundo com a ascensão social de parte da classe trabalhadora.

No âmbito do mercado doméstico, de acordo com as análises da Organização Mundial do Turismo, calcula-se que o turismo interno é dez vezes maior que o volume do turismo internacional. O Gráfico 12 indica que cerca de 50% dos domicílios com telefones fixos no Brasil possuíam ao menos um morador que viajou pelo Brasil durante o ano de 2017. Verifica-se, também, que quanto maior a classe de renda, maior a proporção de domicílios que indicaram ter ao menos um morador que consumiu viagens de turismo em 2017 (BRASIL, 2018, p. 36).

Considerando que um dos fatores que impulsionaram a retomada da atividade econômica brasileira, em 2017, foi o incremento do consumo das famílias, impulsionado pelo controle da inflação e pela redução da taxa de juros, é preciso intensificar as ações para consolidar o turismo como um item da cesta de consumo dos brasileiros (BRASIL, 2018, p. 37).

Essa parte da população alijada dos melhores postos de trabalho é procurada como segmento cooptado por grandes empresas. Assim como as Casas Bahia, o parcelamento e os roteiros fechados permitem a ida ao paraíso da classe trabalhadora. Ou quase isso. As táticas são difusas e emaranham as diversas frações da classe trabalhadora em narrativas que as aproximam, da forma possível para cada uma delas, da vontade/necessidade de viajar e desfrutar de uma parte desse paraíso chamado mundo. É a possibilidade de ser mais um daqueles sujeitos “mais viajados” do qual falava De Masi. A maior delas, no Brasil, começa agora sua política de expansão internacional depois de comprar inúmeras empresas nacionais, e começa justamente pela Argentina, país que atravessa um governo igualmente neoliberal e descompromissado com a classe trabalhadora (G1, 2018). Essa precarização do trabalho não é

contabilizada na sustentabilidade pretendida. Contudo, os turistas não querem pagar para se sentirem exploradores, por isso é que o que vende é a sustentabilidade, a modernização, o desenvolvimento. Quem não quer participar de uma atividade que gera empregos, conserva a natureza e ainda moderniza os territórios? A contradição fica entre discurso e realidade. A soma das promessas de extinção de Ministérios, por parte do presidente eleito, coroa a lista com a cereja do bolo dessa incoerência: o fim do Ministério do Meio Ambiente e sua fusão com o Ministério da Agricultura, responsável pela manutenção e intensificação das ações do agronegócio no campo, relatadas na primeira parte e completamente descompassadas com a conservação ambiental.

Segundo o relatório, o Brasil é considerado o número 1 do planeta no quesito diversidade de recursos naturais, além de se destacar como 8º classificado no item recursos culturais. No entanto, apesar desta vantagem comparativa, no quesito “priorização do setor”, fica na 106ª posição e no item “ambiente de negócios”, em 129º, devido à ineficiência do arcabouço legal, burocracia e impostos elevados (BRASIL, 2018, p. 43).

Para tornar os destinos, produtos e serviços turísticos cada vez mais competitivos e sustentáveis, em um mercado que se transforma à velocidade nunca vista, é imprescindível que se compreenda o processo de desenvolvimento territorial regionalizado e cooperado, assim como se observe e invista em inovações contínuas no setor, respeitando os princípios da sustentabilidade no turismo (BRASIL, 2018, p. 54).

A mecânica dessa engrenagem de exclusão lubrifica-se com essas políticas de modernização/desenvolvimento. Em vez de postos de trabalho mais dignos, a CPTur se soma aos fornecedores de empregos subalternos, precários, ou lixo, como diz o holandês Bregman (PELLICER, 2017).

### **Considerações finais**

No horizonte de desemprego estrutural, crescimento de subempregos, crise climática e ecológica, o turismo aponta como dispositivo de legitimação e atualização da metanarrativa capitalista.

As cenas e os cenários que se constroem no palco já conhecido do antagonismo capital-trabalho ganham se renovam em aparência, enquanto permanecem em essência. As narrativas, em grande medida, seguem o mesmo roteiro.

O levantamento bibliográfico possibilitou demonstrar que as dinâmicas do capitalismo são uma chaga, uma verdadeira pandemia, para a dignidade humana, notadamente quando se

toma como parâmetro o ambiente e o trabalho. As reações populares sugerem que a organização popular é a vacina mais eficaz para dar visibilidade e expor as contradições de um modo de produção que aprofunda suas tendências concomitantes com o envernizamento de suas narrativas, que ganham colorações sustentáveis e humanitárias – impraticáveis no concreto real.

## Referências

AMBROSIO, N. **Nossa luta é para que o capitalismo não destrua o Jalapão, diz líder quilombola.** Disponível em: <[https://amazoniareal.com.br/nossa-luta-e-para-que-o-capitalismo-nao-destrua-o-jalapao-diz-lider-quilombola/?fbclid=IwAR2mrUykGQmZpY-kWcNeMw010x2BNAgeFq\\_JqbROjOOKfctxBk2R3cINU1A](https://amazoniareal.com.br/nossa-luta-e-para-que-o-capitalismo-nao-destrua-o-jalapao-diz-lider-quilombola/?fbclid=IwAR2mrUykGQmZpY-kWcNeMw010x2BNAgeFq_JqbROjOOKfctxBk2R3cINU1A)>. Acesso em 15/Out/2021.

AMÍN, S. Globalización, financierización y emergencia del Sur globalizado. In: LEVITT, K. P. **De la gran transformación a la gran financierización.** Trad. Aina Bahr Valcárcel. Santiago de Cuba: Editorial Oriente, 2016.

ANGELO, M. **O que está por trás da desistência temporária da Vale de minerar em terras indígenas.** Disponível em <[https://observatoriodamineracao.com.br/o-que-esta-por-tras-da-desistencia-temporaria-da-vale-em-minerar-em-terras-indigenas/?fbclid=IwAR3lADGJbvK1pvApjE5GoH2PnDAOgf\\_afhPbZsmOfvePSxqDZsLOfCgy4XE](https://observatoriodamineracao.com.br/o-que-esta-por-tras-da-desistencia-temporaria-da-vale-em-minerar-em-terras-indigenas/?fbclid=IwAR3lADGJbvK1pvApjE5GoH2PnDAOgf_afhPbZsmOfvePSxqDZsLOfCgy4XE)>. Acesso em 15/Out/2021.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital.** São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil.** Brasília: MTur, 2018.

DE MASI, D. **O ócio criativo.** Entrevista a Maria Serena Palieri. Trad. Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

GIOVANAZ, D. **Reféns da água engarrafada, indígenas ocupam fábrica da Bonafont-Danone há um mês no México.** Disponível em <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/12/refens-da-agua-engarrafada-indigenas-ocupam-fabrica-da-bonafont-danone-ha-um-mes-no-mexico>>. Acesso em 15/Out/2021.

G1. **CVC anuncia acordos para compra de empresas de turismo na Argentina por US\$ 20 milhões.** (2018) Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/09/05/cvc-anuncia-acordos-para-compra-de-empresas-de-turismo-na-argentina.ghtml>> Acesso em 28/Nov/2018.

JENNINGS, A. ET AL (ORG). **Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?.** São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014.

LABICA, g. **Democracia e revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MELO NETO, F. P. **Criatividade em eventos**. 5 ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013

MELO, T. S.; **Solvitur ambulando – uma viagem ruma à autodeterminação popular: análises da turistificação da existência e modernização dos territórios como componentes da metanarrativa capitalista**. Tese: Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2018.

MELO, T. S.; RODRIGUES, A. O.; BARBOSA JR., R. **Cooperação sul-sul entre Brasil e Moçambique: da (in)segurança territorial à alteridade construída pela soberania popular**. **ANPEGE** – vol.14; n. 24, 2018.

NUNES, J. H. **A seu dispor: sociologia do trabalho em serviços**. (ORG). Goiânia: Ed PUC Goiás, 2011.

PELLICER, L. **“A Renda básica seria a maior conquista do capitalismo”**. (2017). Disponível em <[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/23/economia/1490287072\\_800265.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/03/23/economia/1490287072_800265.html)> Acesso em 11/Nov/2018.

PIRES, ASSOCIADOS. **Turismo – mais desenvolvimento, mais emprego, mais sustentabilidade**. Disponível em <[https://storageportalpanrotas.blob.core.windows.net/portal-panrotas-statics/support-news/pdf/turismo\\_maisdesenvolvimento-maisemprego-maissustentabilidade.pdf](https://storageportalpanrotas.blob.core.windows.net/portal-panrotas-statics/support-news/pdf/turismo_maisdesenvolvimento-maisemprego-maissustentabilidade.pdf)> Acesso em 10/Nov/2018.

RAMOS, V. **Latam demite 1,3 mil trabalhadores e anuncia terceirização de serviços**. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2018/08/latam-demite-1-3-mil-trabalhadores-e-anuncia-terceirizacao-de-servicos>> Acesso em 10/Nov/2018.

SANTIAGO, H. **Bolsonaro é eleito presidente. Veja as propostas para o turismo**. (2018). Disponível em <[https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2018/10/bolsonaro-e-eleito-presidente-veja-propostas-para-turismo\\_159916.html](https://www.panrotas.com.br/mercado/economia-e-politica/2018/10/bolsonaro-e-eleito-presidente-veja-propostas-para-turismo_159916.html)> Acesso em 13/Nov/2018.

YAHOO. **Carrefour iniciará em breve testes com o novo sistema “Scan & Go” no Brasil**. Disponível em <<https://br.financas.yahoo.com/noticias/carrefour-inciar%C3%A1-em-breve-testes-125900815.html>> Acesso em 08/Nov/2018

**SOBRE O AUTOR****Thiago Sebastião de Melo**

Docente no Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais - IESA na Universidade Federal de Goiás - UFG, com parte da pesquisa (sanduíche) realizada em Moçambique, na Escola Superior de Hotelaria e Turismo da Universidade Eduardo Mondlane, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Rio Claro. Graduado em Turismo também pela UNESP, campus de Rosana. Membro do grupo de pesquisa Dona Alzira - Espaço, Sujeito e Existência (UFG/IESA); do grupo de pesquisa Geografia, Literatura e Arte (USP); e do Grupo de Estudos e Pesquisas de Turismo no Espaço Rural - GEPTER (UNESP/Rosana), todos vinculados ao CNPq. Membro fundador da Rede Internacional de Estudos Críticos sobre Turismo, Território e Autodeterminação - REESCRITA. As conexões entre a reestruturação capitalista contemporânea e o espaço/função do turismo nesse processo engendram as pesquisas atuais. Busca compreender a subjetividade contemporânea como condição para aprofundar o entendimento do turismo como fenômeno social. Pesquisa diretamente a inserção da atividade turística no meio rural; como essa tem se dado no cenário brasileiro por meio das Políticas Públicas, sobretudo, em relação às populações tradicionais e aos movimentos sociais do campo, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Vincula-se às reflexões acerca da agricultura e do turismo como componentes de territórios camponeses e das populações tradicionais, e como o agronegócio influi nesse particular.

*Recebido em julho de 2021.*

*Aceito para publicação em setembro de 2021.*